

CRISE BRASILEIRA, EDUCAÇÃO SUPERIOR E SOFRIMENTO PSÍQUICO: SINTOMAS MÓRBIDOS DE UM TEMPO DA DESESPERANÇA

CYNTHIA STUDART ALBUQUERQUE, ADRIANA ALVES DA SILVA, RACHEL ARAÚJO DE MATOS

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

cynthiastudart@yahoo.com.br, adriana.as.ce@gmail.com, rachel.araujoo@outlook.com

DOI: 10.21439/conexoes.v14i1.1815

Resumo. Este ensaio, produzido com base em pesquisa bibliográfica e documental, discute a relação entre a educação superior e o processo de sofrimento psíquico dos estudantes, no contexto da crise estrutural do capital, particularizada na realidade brasileira. Reflete sobre as implicações dos processos de mundialização do capital, reestruturação produtiva e ajuste neoliberal do Estado para produção da insegurança social, do medo e da melancolia, determinantes para o sofrimento mental dos jovens estudantes, agora adensados pela conjuntura nacional de autoritarismo, desmonte das políticas sociais e ataque aos direitos. Resistir a esse tempo de desesperança por meio de reflexões e aprofundamento do tema se faz urgente para superação desses mórbidos sintomas.

Palavras-chave: Crise capitalista; Educação superior; Sofrimento psíquico

REASONS AND DIRECTIONS FOR ELECTRICAL LEARNING IN THE TECHNICAL COURSE

Abstract. This essay, based on bibliographic and documentary research, discusses the relationship between higher education and the process of students' psychological distress in the context of the structural crisis of capital, particularized in the Brazilian reality. It reflects on the implications of the process of capital globalization, productive restructuring and neoliberal adjustment of the state to the production of social insecurity, fear and melancholy, determinants for the mental suffering of young students, now compounded by the national dismantling of social and social policies and attack on rights. Resisting this time for hopelessness through reflection and deepening the theme is urgent to overcome these morbid symptoms.

Keywords: Capitalist crisis; College education; Psychic suffering

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, elaborado como ensaio crítico a partir de pesquisa bibliográfica e documental, objetivamos problematizar as relações presentes entre a educação superior e o processo de sofrimento psíquico dos estudantes no contexto da crise estrutural do capital, considerando as particularidades da conjuntura brasileira. O tema em destaque ganha cada vez mais espaço na sociedade, nos meios de comunicação e nas instituições educacionais, já que os índices de sofrimento psíquico, a cada ano, aumentam gradativamente.

Os jovens e adolescentes são um dos segmentos populacionais mais afetados conforme informam os dados da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS, 2018)¹, pois os transtornos mentais já representam 16% da carga global de doenças em pessoas de 10 a 19 anos. No ensino superior, os transtornos mentais emergem como um dos principais complicadores da vida acadêmica e aparecem como um fenômeno extremamente relevante e desafiador, que deve ser compreendido, desvelado e cuidado pelas instituições educacionais (ANDIFES; FONAPRACE, 2014).

Compreendemos que há uma produção social das dimensões humanas, tanto biológicas como psíquicas. Desse modo, é necessário analisarmos os processos estruturais e conjunturais de cada sociedade, mas também, as particularidades institucionais que produzem sofrimento, já que as classes e suas frações desenvolvem determinados perfis de reprodução social, modos particulares de vida que estabelecem características epidemiológicas distintas (VIAPIANA; GOMES; ALBUQUERQUE, 2018).

Ante ao exposto, partindo do pressuposto de que a crise capitalista brasileira tem intensificado o sofrimento psíquico, em particular, em jovens da educação superior que tem manifestado recorrentes episódios de ansiedade, pânico, automutilação e depressão; reflexões e debates são imperativos, assim como é urgente e necessário à produção de conhecimento sobre o tema, para que estratégias de cuidado que respondam às necessidades dos estudantes sejam desenvolvidas.

2 CRISE CAPITALISTA E A SAÚDE MENTAL: A PRODUÇÃO SOCIAL DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

As transformações societárias contemporâneas, fruto da crise capitalista e das medidas de reestruturação produtiva, têm produzido profundos impactos nas condições de vida material e subjetiva da classe trabalhadora. Consubstanciada nos processos de mundialização e financeirização do capital, essas transformações têm como expressões a desregulamentação e a precarização do trabalho, o desmonte dos direitos e o aprofundamento das desigualdades sociais. Esses processos atingem não somente as condições de vida e trabalho dos indivíduos, mas também, a sua subjetividade, se constituindo como determinantes potenciais para o sofrimento psíquico.

Decorrentes da atual da crise capitalista, com suas

medidas ultraliberais adotadas e tendo como marca a exigência do consumo, percebe-se que de um lado, os indivíduos são estimulados ao prazer e a felicidade plena cuja realização só pode ser alcançada pela riqueza, pelo status e pelo prestígio, personificadas no dinheiro e em todas as mercadorias que pode comprar (BRITES, 2018). De outro lado, constata-se uma profunda insegurança social, expressas em experiências de mal-estar, de sofrimento humano, sentimentos e valores alienados como o individualismo exacerbado, o hedonismo e a competitividade.

Apoiada em relações complexas e extremamente dinâmicas, o capitalismo tardio (MANDEL, 1982) se legitima através de inúmeras mediações de reprodução ideológica da alienação que mascaram as formas de acumulação que exploram a força de trabalho. A alienação, assim, assume nesta configuração societal a forma do fetichismo da mercadoria (MARX, 2013), dominando todas as dimensões da sociabilidade humana, sejam elas materiais ou subjetivas.

Nesse sentido, a sociabilidade capitalista é inseparável dos dilemas do fetichismo, típico de uma sociedade mercantil. Os relacionamentos humanos assumem a forma de relações entre coisas: vínculos reificados entre pessoas. “O capital não é uma coisa, mas determinadas relações de produção sociais entre pessoas que se apresentam como relações entre coisas” (IAMAMOTO, 2011, p. 45). Noutras palavras: a mistificação do capital oculta a reprodução das contradições de classes e da consciência alienada.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais [...] uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 2013, p. 147).

Ou seja, as relações sociais numa sociedade com centralidade na produção e no consumo de mercadorias têm como mediação central as necessidades alienadas e a produção e o consumo de imagens alienadas. Debord (1997, pp. 13-14) ao refletir sobre a vida moderna e suas condições de produção, conclui que esta “[...] se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que era vivido diretamente tornou-se uma representação [...] o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade”.

É no contexto do espetáculo contemporâneo e de uma sociedade determinada pelo simulacro da imagem, agora, cada vez mais sob a mediação das redes sociais, que as relações virtuais (e concretas) fetichizadas respondem às finalidades da busca de bem-estar, sociabilidade, visibilidade, consumo ilimitado de imagens e produtos mercantis para satisfação das necessidades. O ter e o parecer ser determinam os modos de ser e estar no mundo. Ademais, é na vida cotidiana, lugar da reprodução social, que estas necessidades precisam ser respondidas na sua imediatividade e superficialidade e que se reproduzem, também, os conteúdos e necessidades alienadas

¹ Conferir em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5779:folha-informativa-saude-mental-dos-adolescentes&Itemid=839

(HELLER, 1989), agora tensionados pelas expressões da barbárie e a pouca resistência na capacidade de enfrentamento. Conforme Brites (2018, p. 71):

Os indivíduos sociais mergulhados nesse cotidiano cravejado pela racionalidade do mercado são confrontados pela ameaça constante à sua própria existência e, em sua maioria, submetidos à violência do desemprego, da miséria, da política, da polícia, dos bandidos comuns. Nessa dimensão da totalidade social, a vida parece destituída de sentido, des governada e incontrolável.

Em síntese, essas transformações que se dão em resposta à crise capitalista desencadeada pela queda da taxa de juros e altos índices de inflação nos anos de 1970, tendo como marco a subordinação da esfera produtiva e do ambiente financeiro, passa a determinar não somente o processo de acumulação capitalista, mas a vida material e subjetiva das pessoas. Agora, apoiado em uma nova configuração do Estado pautado pela agenda neoliberal que age em defesa da desregulamentação dos mercados, sob a aparência de transformar dinheiro em dinheiro. A esfera produtiva perde centralidade para a especulação, cujo compromisso não se faz pela emancipação humana, mas sim pelo mercado financeiro e a concorrência internacional ancorada na superexploração do trabalho. Em consequência, impõe-se o desemprego estrutural e relações de trabalho precárias, instáveis e sem direitos, aliado à crise e ao enfraquecimento dos espaços de organização coletiva dos trabalhadores, o que tem produzido processos de insegurança e sofrimento.

Conforme Antunes (2018), essa nova forma de produção implica a quebra dos laços de solidariedade de classe entre os trabalhadores e a capacidade de construção de estratégias coletivas para o enfrentamento das tensões cotidianas do trabalho explorado, fato que se encontra na base do aumento dos processos de adoecimento psíquico e de sua expressão mais radical, o suicídio. Cabe salientar, que a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos, não decorre apenas de seu papel como fonte de sustento para a maioria da população, mas também, de seu caráter constituidor das relações sociais e dos sujeitos, inclusive, da sua dimensão psíquica. A própria estrutura da consciência e da personalidade estão intimamente relacionadas com essa atividade humana fundamental para constituição do ser social.

Assim, as consequências das transformações em curso têm atingido o modelo de civilização, uma vez que os modos de vida estão submetidos à lógica do capital, transformando-se em produtos mercantilizáveis com definição de produção não pelo que é socialmente necessário, mas pelo mercado, que ávido de recomposição das taxas de lucro, expande esse modus operandi para todo o planeta.

Tais transformações têm como apoio mudanças culturais numa ambiência pós-moderna que é marcada pela fragmentação, pelo efêmero, descartabilidade, obsolescência programada e o desenraizamento histórico que absolutiza o tempo presente e dissipa o futuro: “Tudo é ao mesmo tempo e agora” (BRITES, 2018, p. 75). De modo que, os sujeitos são chamados para responder às exigências sociais e de trabalho com “desempenho, eficácia, flexibilidade, produtividade, agilidade, qualificação e competência, sob pena de se tornar,

ele próprio, descartável como todas as mercadorias que dão sentido à sua realidade” (IDEM, p. 76).

Todos esses direcionamentos impostos pelo mercado são incorporados pelas instituições de ensino, responsáveis pela qualificação da força de trabalho, que passam a reproduzir essas exigências no processo de formação profissional. Contudo:

[...] altos índices de desempenho e produtividade, estruturados com base em exigências que cada vez mais extrapolam as capacidades física e mental humanas, não conseguem se manter senão por meio de diferentes e sofisticados mecanismos de controle e coerção. O assédio moral é parte dessa engrenagem (ANTUNES, 2018, p. 166).

Nesse sentido, em um contexto de tempo limitado para realizar tantas exigências sociais, em sua maioria, impostas e que não trazem prazer algum, impede aos jovens (vivências) que estimulem o ânimo, que produzam motivação, alegria, entusiasmo em vivenciar experiências extremamente fundamentais para o bem-estar.

Quanto mais a vida é dominada pela premência do fazer, mais restrita a percepção da duração. Dela, da duração, dependem não apenas o sentimento da continuidade da existência, como também a possibilidade de fruição de alguns intervalos de tempo não-apressados, não-precipitados, em direção ao futuro imediato (KEHL, 2009, p. 147).

Atualmente, para um jovem concretizar os seus projetos de vida, significa abrir portas para o vazio, em direção a trajetórias que levam, muitas vezes, a lugar nenhum (PAIS, 1993). O desemprego entre os jovens no Brasil, em 2017, atingiu sua maior taxa em 27 anos. Dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)² apontam que, praticamente, 30% dos jovens brasileiros estariam sem emprego e 21,8% dos adolescentes, nem trabalham e nem estudam. São as piores taxas, desde 1991.

Portanto, o processo de formação profissional de grande parte dos jovens ocorre em meio a insegurança, a valorização do ter sobre o ser, aos padrões de sucesso que impõe que todos devem se enquadrar dentro dos parâmetros exigidos pelo mercado competitivo, excludente, num contexto de políticas públicas privatizantes, mercantis e precárias que dificultam ainda mais as possibilidades de uma vida digna. Todas essas questões têm incidido no aumento de processos de sofrimento mental e de novas demandas que são colocadas às Instituições de Ensino Superior (IES), particularmente, as equipes da assistência estudantil.

Segundo Bleicher e Oliveira (2016, p. 546-547), os estudos e pesquisas na área, apontam alguns fatores como correlatos à alta incidência dos transtornos mentais em estudantes universitários:

[...] o excesso de atividades, que causa alteração do padrão de sono dos estudantes, gerando situações de ansiedade mais frequentes; a perspectiva de futuro em relação à formação e ao papel social e especialmente a não-convivência com a família. O público feminino aparece como mais vulnerável à incidência de transtornos mentais em todos os textos pesquisados a respeito da saúde mental do estudante universitário.

2 Conferir em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-entre-jovens-no-brasil-tem-maior-taxa-em-27-anos-diz-oit,70002091029>

Nesse sentido, conforme as autoras acima supracitadas é necessário que sejam elaboradas propostas de intervenção direcionadas à promoção da saúde mental, de acordo com as necessidades identificadas, uma vez que o sofrimento psíquico entre estudantes do ensino superior tem alcançado um nível de magnitude decorrente de aspectos estressores provocados pelas conjunturas econômicas, sociais e políticas que se refletem durante a vida acadêmica.

As crises provocadas pelo sistema capitalista com suas respectivas formas de reestruturação, tem imposto exigências para a formação acadêmica com alto nível de estresse e, portanto, com graves implicações para a saúde mental. Minimizar tais tensões se faz urgente tendo em vista que estes sintomas se potencializados, podem resultar em depressão e até suicídio. Nesse contexto, buscar caminhos e estratégias de intervenção se faz necessário para o estabelecimento de um processo de ensino e aprendizagem saudável e enriquecedor para a formação integral dos jovens estudantes.

3 BRASIL EM CRISE: SOFRIMENTO MENTAL E OS DESAFIOS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Pensar a saúde mental no contexto educacional contemporâneo é algo bastante pertinente e profundamente desafiador, já que um conjunto de medidas continentais vem sendo adotadas para reestabelecer as taxas de lucratividade através de uma ortodoxia neoliberal anti-democrática, anti-popular, fundamentalista e penal, constituindo regimes autoritários os quais muitos sinalizam como “ditaduras de novo tipo”.

No processo de mundialização da economia, o Brasil, enquanto país periférico, assume um papel essencial na divisão internacional do trabalho, favorecendo a reprodução capitalista por meio da entrega de suas riquezas em prol de uma tão sonhada “modernização”. Ao contrário das expectativas criadas “[...] constata-se uma tendência ao empobrecimento, um debilitamento dos sistemas de apoio social, crescimento das desigualdades, insegurança em relação ao futuro e o crescimento da violência” (BAQUERO, 2008, p. 387).

Nesse sentido, pensar o tempo presente implica trazer ao debate as marcas históricas da nossa formação sócio histórica, de um país constituído por relações escravistas e patriarcais, por uma modernização conservadora marcada pelo patrimonialismo e autoritarismo, por processos de transição pelo alto que produziram uma democracia restrita e uma dialética permanente entre o moderno e o arcaico, com persistentes desigualdades sociais criadas pela nossa “elite do atraso” (SOUZA, 2017) e a inserção subserviente, dependente, desigual e combinada do capitalismo brasileiro na divisão internacional do trabalho.

Foi neste solo histórico, que o golpe de estado de 2016, consubstanciado por uma pesada investida das elites econômicas contra os trabalhadores e setores populares, que as eleições presidenciais de 2018 evidenciaram um processo de radicalização da política brasileira sem precedentes, desde

o início da Nova República, no contexto de uma endêmica crise política, econômica e social. A emergência de uma direita populista no cenário nacional que se integra ao contexto internacional de crescimento do liberalismo reacionário de traços fascistas, revela a face hiperautoritária do neoliberalismo atual (RAICHELIS; YAZBEK; OLIVEIRA, 2019).

Para Tiburi (2016, p. 31), o capitalismo depende do autoritarismo. Ele não sobrevive se não for sustentado no cotidiano, o lugar em geral de desprezo pelas críticas mais consistentes. “Do autoritarismo depende o extermínio da democracia como desejo em nome de uma democracia de fachada. Para exterminar a democracia como desejo é preciso que o povo odeie e é isso o que o autoritarismo é e faz”. É através do cultivo do ódio, do acirramento da crise e da insegurança social que são produzidos os desejos de restauração, de conservação autoritária e de ataques às liberdades democráticas.

É nesse sentido que Gonçalves (2018, p. 22-23) destaca a realidade do então governo:

O governo enfrenta o risco de crise institucional com a própria ruptura institucional. O governo adota um caráter autoritário com base no descrédito das instituições, no prestígio crescente do aparelho repressivo do Estado (em decorrência dos ganhos concretos obtidos no combate à corrupção e à violência) e nos ganhos econômicos e sociais obtidos pela população. O movimento rumo ao autoritarismo recebe apoio de parte expressiva da sociedade brasileira. Ainda que dois terços da população considerem que a democracia é sempre a melhor forma de governo, há evidência de pesquisas de opinião pública sobre: falta de confiança nas instituições públicas e privadas; maior grau de confiança nas instituições do aparelho repressivo do estado; menor grau de confiança nas instituições próprias à democracia representativa liberal; maior propensão ao autoritarismo; avaliação positiva do legado da ditadura no Brasil (um terço da população); e regime autoritário esperado/desejado por metade da população.

Os desdobramentos desse processo para a educação e a formação profissional não são menos agravantes. Basta observar os cortes orçamentários nas IES e agências de fomento; as iniciativas de privatização expressas no programa “Future-se”; a perseguição ao pensamento crítico e a intimidação de gestores, servidores, professores e estudantes; das ameaças à liberdade de cátedra, à soberania, à autonomia universitária e aos processos democráticos da comunidade acadêmica; além das inúmeras posturas públicas antirrepublicanas, retrógradas e obtusas do Ministro da Educação. Esses processos têm incidido diretamente na saúde mental dos estudantes e professores.

Vieira³ (2017) destaca que “[...] sem dúvida vivemos um momento de crise, em que sentimentos conservadores ganham contornos fascizantes. É sobre isso que gostaria de pensar. Qual a marca da subjetividade conservadora?”. Para a autora, pensar a realidade brasileira sob o signo do conservadorismo, se coloca o desafio do desvelamento desse “fascismo à brasileira”.

Enfrentamos hoje, no Brasil, o acirramento de subjetividades anti-políticas, de figuras autoritárias e violentas como o Jair Messias Bolsonaro, o representante da anti-política autoritária. Ou ainda,

3 Para mais informações, conferir em: <https://revistacult.uol.com.br/home/helena-vieira-melancolia-conservadorismo/>

figuras como o Prefeito de São Paulo, João Dória, que discursa pela negação da política em nome de uma suposta “técnica”, a Gestão como paradigma de resolução dos conflitos da pólis e não mais a política. Ou, como vemos frequentemente no avanço de setores do neopentecostalismo, os flertes com uma República conduzida por Deus [...].

Como não adoecer fisicamente e mentalmente em meio a esse cenário? É quase impossível. Os números de pessoas doentes se adensam em meio a um contexto devastador como o atual; que não proporciona esperança e crença em dias melhores; que produz o cerceamento do pensar sobre o futuro; que sataniza a política, limitando a possibilidade de mudança e conduzindo ao conformismo e ao imobilismo; que impõe políticas autoritárias conduzidas por uma minoria que não representa a classe trabalhadora.

Eliane Brum⁴ (2019), em matéria no jornal EL PAÍS, problematiza a conjuntura brasileira e destaca que o cotidiano está permeado pela “autoverdade”, pois transforma a verdade em uma escolha particular e pessoal. Assim, muitos brasileiros que não se reconhecem nessa verdade, em boa medida autoritária, têm adoecido mentalmente, inclusive, ocasionando problemas físicos já que “o corpo é um só”. Por perceber isso, buscou em alguns consultórios conversar com profissionais, onde pôde constatar o aumento do sofrimento psíquico na população brasileira:

É desta ordem os relatos que tenho recolhido nos últimos meses junto a psicanalistas e psiquiatras, e também a médicos da clínica geral, medicina interna e cardiologia, onde as pessoas desembarcam queixando-se de taquicardia, tontura e falta de ar. Um destes médicos, cardiologista, confessou-se exausto, porque mais da metade da sua clínica, atualmente, corresponde a queixas sem relação com problemas do coração, o órgão, e, sim, com ansiedade extrema e/ou depressão. Está trabalhando mais, em consultas mais longas, e inseguro sobre como lidar com algo para o qual não se sente preparado. O fenômeno começou a ser notado nos consultórios nos últimos anos de polarização política, que dividiu famílias, destruiu amizades e corroe as relações em todos os espaços da vida, ao mesmo tempo em que a crise econômica se agravava, o desemprego aumentava e as condições de trabalho se deterioravam. Acirrou-se enormemente a partir da campanha eleitoral baseada no incitamento à violência produzida por Jair Bolsonaro em 2018. Com um presidente que, desde janeiro, governa a partir da administração do ódio, não dá sinais de arrefecer. Pelo contrário. A percepção é de crescimento do número de pessoas que se dizem “doentes”, sem saber como buscar a cura.

Assim, a conjuntura brasileira adoecedora, soma-se à tendência mundial do adoecimento psíquico. A depressão é uma das doenças com as maiores taxas de incidência e de prevalência no mundo, inclusive, é a principal causa de incapacidade e contribui de forma decisiva para o desenvolvimento de outras doenças. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS)⁵, 300 milhões de pessoas vivem com depressão e até 2020 será a enfermidade mais incapacitante do mundo.

Conforme a pesquisa, o Brasil é o segundo país com

maior prevalência do transtorno no continente americano, atingindo 11,5 milhões de pessoas, ficando atrás somente dos Estados Unidos. No Ceará, somente em 2018, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)⁶ concedeu quatro auxílios-doença por dia, para pessoas que não tinham condições de continuar trabalhando devido à depressão. Foram 1.741 auxílios, o que evidenciou um aumento de 38,6% se comparado aos índices registrados em 2017.

Todavia, tem preocupado as organizações educacionais, a saúde mental dos jovens e adolescentes, já que pesquisas revelam o crescimento da incidência de transtornos mentais nesse segmento populacional. O suicídio, por exemplo, é a segunda principal causa de morte entre os jovens de 15 a 29 anos no mundo. No Brasil, os dados também são alarmantes, pois, entre os anos de 2012 a 2016, ocorreram em média 11 mil suicídios na população geral, destes, 27, 66% eram jovens.

Desse modo, a pauta da saúde mental tem se colocado como um grande desafio às instituições educacionais, considerando que a faixa etária de maior vulnerabilidade, conforme indicado nas pesquisas, é de pessoas em idade escolar. Atualmente, no Brasil 7,9 milhões de jovens cursam o ensino médio, como demonstra o Censo Escolar (2017)⁷. Nesse sentido, o ambiente educacional deve se tornar, também, um espaço de cuidado e um dispositivo estratégico para promoção da saúde mental juvenil, já que muitos dos adolescentes e jovens passam boa parte do dia e constituem sua sociabilidade neste lugar.

O ensino público superior brasileiro, historicamente elitizado, modificou consideravelmente seu perfil por meio das políticas de expansão, interiorização e democratização do acesso que ocorreram por meio da Reestruturação e Extensão das Universidades Federais (REUNI), da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e do sistema de cotas sociais e raciais, permitindo a inserção das classes populares. Neste contexto, apresentaram-se demandas para permanência deste novo perfil estudantil, a exemplo das condições de moradia, alimentação e saúde, esta última compreendida a partir da interação entre as demandas inerentes ao ensino superior e os aspectos sociais, econômicos e pessoais.

Conforme Amarante e Junior (2015), a OMS por reconhecer a magnitude dos problemas de saúde mental, aponta a impossibilidade desse cuidado ficar exclusivamente a cargo de especialistas e dos serviços de saúde. Defende a descentralização do cuidado e dos serviços existentes, e a incorporação destes por outras políticas públicas. Nessa direção, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), por meio do IV Levantamento sobre o Perfil Socioeconômico dos Universitários, em 2014, revela que oito em cada dez estudantes de graduação relataram que já tiveram problemas como tristeza, ansiedade e sensação de desesperança, e ainda, que mais de 6% informaram ter ideias de morte e cerca de 4% já tiveram pensamento suicida.

A referida pesquisa também foi pauta do Encontro do

4 Sobre a matéria ver mais em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/opinion/1564661044_448590.html

5 Para maiores informações, conferir em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5385:com-depressao-no-topo-da-lista-de-causas-de-problemas-de-saude-oms-lanca-a-campanha-vamos-conversar&Itemid=839

6 Saber mais em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/ceara-concede-4-auxilios-doenca-a-cada-24h-devido-a-depressao-1.2083256>

7 Ver em: <http://inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE),

[...] foram listadas algumas dificuldades emocionais que podem ter interferido na vida acadêmica do graduando nos últimos doze meses: ansiedade; tristeza persistente; timidez excessiva; medo/pânico; insônia ou alterações significativas de sono; sensação de desamparo/desespero/desesperança; sensação de desatenção/desorientação/confusão mental; problemas alimentares (grandes alterações de peso ou apetite; anorexia; bulimia); desânimo/falta de vontade de fazer as coisas; sentimento de solidão; ideia de morte, e pensamento suicida [...] 79,8% do total dos estudantes de graduação passaram por dificuldades emocionais nos últimos doze meses [...] (ANDIFES; FONAPRACE, 2014, p. 233).

O relatório da pesquisa demonstra que dentre as dificuldades emocionais listadas, a ansiedade se destaca em todas as regiões do país, seguida pelo “desânimo/falta de vontade de fazer as coisas”. No Nordeste esses dados se mantêm, embora 3,55% dos estudantes dessa região afirmam ter pensamento suicida, ou seja, cerca de 9,423 jovens pensam sobre o suicídio. Em contrapartida, os dados indicam também que 75,07% dos estudantes nunca procuram atendimento psicológico.

Compreende-se, assim que as instituições educacionais fazem parte da reprodução social dos jovens, como ambiente de aprendizado e de socialização, a questão da saúde mental deve ser uma preocupação central nos processos ensino-aprendizagem, portanto, para a permanência e finalização da formação. Conforme indica a referida pesquisa, a saúde mental comparece de modo substancial como uma das principais dificuldades no contexto acadêmico, assim como outros problemas referidos podem desencadear processos de sofrimento mental, a saber:

[...] foram listados 16 tipos de dificuldades que podem interferir significativamente na vida do discente ou em seu contexto acadêmico. São elas: adaptação a novas situações (cidade, moradia, distância da família, entre outras); relacionamento familiar; relacionamento social/interpessoal; relações amorosas/conjugais; situação de violência física; situação de violência sexual; situação de violência psicológica; conflito de valores/conflitos religiosos; discriminações e preconceitos; [...] Nota-se que, entre as dificuldades listadas, incidem as dificuldades financeiras com maior frequência, afetando 42,21% do total dos graduandos. Em seguida, foram citadas: carga excessiva de trabalhos estudantis (31,14%); falta de disciplina/hábito de estudo (28,78%); dificuldades com adaptação a novas situações (21,85%); relação professor(a)/aluno (19,8%); dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (18,33%); dificuldades com relacionamento familiar (18,29%) e com relacionamento social e interpessoal (17,66%); carga horária excessiva de trabalho (17,45%); dificuldade de aprendizado (16,22%), relações amorosas/conjugais (14,32%) e outras dificuldades com participações menores (ANDIFES; FONAPRACE, 2014, p. 230-232).

Nessa perspectiva, diante das várias dificuldades vivenciadas pelos estudantes, uma estratégia construída visando possibilitar a superação do desafio acesso-permanência nas Instituições Federais de Ensino Superior foi o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁸. Instituído por

meio do Decreto nº 7,234, em julho de 2010, o PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, através de ações da assistência estudantil em várias áreas, dentre estas, a atenção à saúde.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), por exemplo, as equipes técnicas da Assistência Estudantil tem percebido e recebido, inúmeras demandas no campo da saúde mental, muitas destas, relacionadas às pressões da vida acadêmica, adensadas pelas trajetórias individuais e as inseguranças diante da conjuntura nacional; processos associadas ao cuidado e a prevenção ao suicídio, inclusive, com acompanhamento de alguns casos de ideações suicidas e automutilações pelos estudantes e, particularmente, ao impacto de casos de suicídio efetivados e de situações de uso problemático de álcool e outras drogas, principalmente, com os alunos do ensino médio.

Outro aspecto relatado é que, cada vez mais, estudantes denunciam episódios de assédio nos processos ensino-aprendizagem vinculados à produção de uma lógica institucional centrada na eficiência, no produtivismo, na competição e na exigência de um padrão educacional inalcançável que se distancia da realidade concreta dos estudantes, sobretudo, se considerarmos a mudança do perfil discente produzido pelos mecanismos de democratização do acesso à educação superior nos últimos anos. Nesse sentido,

Relações institucionais adoecedoras, portanto, contribuiriam para representações escolares também adoecedoras, impedindo, assim, o desenvolvimento pleno das atividades no ambiente educacional, na medida em que impactariam negativamente no rendimento e na formação do estudante (BLEICHER; OLIVEIRA, p. 547).

Ademais, esse padrão educacional produzido para atender às exigências do mercado tem promovido processos de ensino-aprendizagem, muitas vezes, marcados por situações como: abuso de poder e autoritarismo na sala de aula; preconceito e opressão no ambiente escolar decorrente de racismo, misoginia, machismo, lgbtphobia, etc.; excesso de trabalhos acadêmicos e produtividade como cultura institucional; indiferença com a dor do outro e incompreensão das particularidades que se impõem ao estudante trabalhador.

Portanto, lembramos o papel das instituições educacionais, em especial, das Instituições de Ensino Superior (IES) que têm responsabilidades para além do ensino ou da formação para o mercado de trabalho. Devem ter como horizonte uma educação crítica e omnilateral, subsidiando os sujeitos na sua integralidade para que se fortaleçam e não se tornem vulneráveis às tensões cotidianas e aos mecanismos de dominação do capital. As IES devem auxiliar no processo de formação para que o sujeito conheça a si mesmo e estabeleça relações com o outro e com o mundo de forma crítica, para que seus modos de agir e pensar possam ser referenciados na ética e em princípios elevados de humanidade.

⁸ Em 2007, através da Portaria Normativa nº 39, do MEC, o governo instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que

foi implementado a partir de 2008. Em 2010, a portaria do MEC foi transformada no decreto presidencial nº 7.234 (Decreto n. 7.234, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente manuscrito, refletimos a relação entre ensino superior e sofrimento psíquico dos estudantes, buscando compreender de que forma a conjuntura de crise do capital, na particularidade brasileira, afeta as relações materiais e subjetivas. Constatamos que as transformações societárias decorrentes das medidas para restauração das taxas de lucratividade têm provocado novas exigências e formas de sociabilidades fetichizadas com efeitos nocivos em todos os aspectos da vida social.

As medidas de contenção da crise e restauração capitalista no Brasil se aprofundaram com o golpe de estado de 2016, para implantação de uma agenda ultraliberal com incontáveis ataques à classe trabalhadora, significando progressiva privatização de políticas públicas fundamentais para garantir condições de vida e trabalho dignas, tais como a política de educação superior.

Todas essas inflexões na conjuntura nacional e, particularmente, na política educacional têm produzido processos de sofrimento mental nos jovens estudantes. Considerando a juventude e seus desafios como um momento único, complexo e determinante para os processos de subjetivação e constituição dos sujeitos na vida adulta, e ainda, que as mudanças e desafios econômicos, sociais, culturais e emocionais são determinantes potenciais para a saúde mental e o desafio da permanência na vida acadêmica, as IES são desafiadas a compartilhar este cuidado por meio da identificação dos fatores de risco e de proteção ao sofrimento psíquico dos estudantes, visando à construção de um ambiente educacional mais acolhedor e sensível às subjetividades humanas.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. C.; JUNIOR, A. **Estudo sobre práticas de cuidado em saúde mental na Atenção Primária**: o caso de um município do interior do estado do Rio de Janeiro. Cad. saúde colet. [online]. 2015, vol.23, n.4, pp.425-435

ANDIFES; FONAPRACE. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. Brasília, 2014. Disponível em: www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf. Acesso em 09/04/2019.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital. E-book - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

BAQUERO, M. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil**. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.380-413

BLEICHER, T; OLIVEIRA, R. C. N. **Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais**. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 20, Número 3,

Setembro/Dezembro de 2016: 543-549.

BRITES, C. **Psicoativos (Drogas) e Serviço Social**: uma crítica ao proibicionismo. São Paulo: Cortez, 2018.

BRUM, E. **Doente de Brasil**. 2019. <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/opinion>. Acesso em: 3 de setembro de 2019.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GONÇALVES, R. **Governo Bolsonaro, Brasil 2019-22: Cenários**. Rio de Janeiro, 2018.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Petrópolis, Paz e Terra, 1989.

JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria**: para uma crítica do valor. Portugal: Antígona, 2006.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAIS, M. **As Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

RAICHELIS, R; YAZBEK, M. C; OLIVEIRA, R. D. **Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 134, p. 7-12, jan./abr. 2019.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R.M.; ALBUQUERQUE, G.S.C. **Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea**: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. Revista Saúde Debate. Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 4, p. 175-186, Dezembro de 2018.

VIEIRA, H. **Melancolia e conservadorismo**: o brilho do Sol Negro. 2018. <https://revistacult.uol.com.br/home/helena-vieira-melancolia-conservadorismo/> Acesso em: 3 de Set. 2019.